

ENTREVISTA COM JOÃO WANDERLEY GERALDI

Ana Maria Esteves Bortolanza, anamariaestevesbortolanza@gmail.com.br

Organizadora e coordenadora da entrevista

Perguntadores:

Henrique Carivaldo de Miranda Neto, profhenrique@unipam.edu.br

Anderson Borges Corrêa, anderson.ufu@hotmail.com

Kátia Maria Capucci Fabri, katia.fabri@uniube.br

Faraídes Maria Sisconeto de Freitas, faraides.freitas@uniube.br

José Humberto R. dos Anjos, josehumberto@fimes.educ.br

Universidade de Uberaba (UNIUBE)

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) EM DISCUSSÃO

João Wanderley Geraldi possui graduação em LETRAS pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (1980), graduação em CIENCIAS JURIDICAS E SOCIAIS pela Universidade Federal de Santa Maria (1970), mestrado em LINGUISTICA (1978); doutorado em LINGUISTICA (1990); livre-docência em Análise do Discurso (1995) e Professor Titular (2003), pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Aposentado, colaborador visitante da Universidade do Porto (Portugal), e de universidades brasileiras a convite. Atua principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, estudos bakhtinianos e ensino de língua portuguesa. Faz parte do Conselho Editorial de várias revistas: Cadernos de Estudos Linguísticos (Unicamp). Palavras (APP/Portugal), Leitura: Teoria & Prática (ALB), Filologia e Linguística Portuguesa (USP), Educação & Realidade (UFRGS), Educação & Contemporaneidade (UNEB), Signo (UNISC), Letras (PUCCAMP), Espaço Pedagógico (UPF), Cadernos Camilliani (CUSC), Fórum Linguístico (UFSC).

O Grupo de Estudos e Pesquisas Infância e Contextos Educativos (GEPICE), da Universidade de Uberaba (UNIUBE), em sua segunda Roda de Conversa, no dia 26 de abril de 2017, realizou uma entrevista o professor João Wanderley Geraldi sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), recentemente divulgada em sua terceira versão. A entrevista foi realizada sob a coordenação da professora Ana Maria Esteves Bortolanza¹ e teve como perguntadores alunos do mestrado e

¹ Pós-Doutorado em Educação (Universidade de Évora, Portugal). Doutora em Educação Brasileira (UNESP, *campus* de Marília). Docente da Universidade de Uberaba, Programa de Pós-Graduação em Educação.

doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIUBE. São eles: Henrique Carivaldo de Miranda Neto² (doutorando), Anderson Borges Corrêa³ (mestrando), Kátia Maria Capucci Fabri⁴ (professora do curso de Letras EaD), Faraídes Maria Sisoneto de Freitas⁵ (professora do curso de Letras EaD e de cursos presenciais), José Humberto R dos Anjos⁶ (doutorando).

As cinco questões feitas ao professor João Wanderley Geraldi foram elaboradas a partir da leitura e discussão do artigo *O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular*, de João Wanderley Geraldi, publicado na revista *Retratos da Escola da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação*, em 2015.

De acordo com Geraldi (2015, p. 381), seu artigo “rememora a elaboração dos parâmetros curriculares”, fazendo uma análise crítica dos “pressupostos da BNCC no ensino da língua portuguesa, e a imposição, há 25 anos, da visão mercadológica e da avaliação padronizada” que, segundo o autor, “fogem à experiência do chão da escola, à realidade do professor e às necessidades do estudante brasileiro”.

Ana Maria Esteves Bortolanza: Diante de tantas incertezas e descaminhos em que o país se encontra, particularmente, a educação brasileira; por outro lado, frente aos desafios enfrentados, caminhos percorridos, práticas exitosas e estudos relevantes que professores/ pesquisadores da Educação Básica têm realizado nas últimas décadas, e que a Base Nacional Curricular Comum parece não refletir nem refratar, esta entrevista tem como objetivo constituir-se como espaço de reflexão crítica sobre a BNCC e o ensino da língua portuguesa. Esperamos que cumpra este papel. Iniciamos agradecendo ao professor João Wanderley Geraldi a entrevista concedida aos participantes da segunda Roda de Conversa do GEPICE, em abril de 2017. Suas respostas muito contribuíram com nosso grupo para refletirmos sobre a BNCC e o ensino da língua portuguesa e sobre os rumos da educação brasileira no contexto atual.

Henrique Carivaldo de Miranda Neto: Prof. Dr. João Wanderley Geraldi, em seu texto "O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular", o senhor afirma, de maneira muito apropriada, que a BNCC, na área de Língua Portuguesa, apresenta-se falha "pela exigência que faz de um trabalho com uma enormidade de gêneros". Ainda, ao final do texto, o senhor sinaliza que

² Mestre em Educação. Especialização em gestão empresarial. Graduação em letras (Português/Espanhol). Diretor de graduação e docente do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).

³ Especialização em Docência no Ensino Superior. Graduado em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor de Informática Educativa da Rede Municipal de Educação de Uberlândia-MG

⁴ Doutora e Mestre em Estudos Linguísticos (UFU). Graduação em Pedagogia e Letras. Docente da Universidade de Uberaba.

⁵ Mestre em Educação (UNIUBE). Especialista em Estudos Linguísticos (UFU). Graduada em Letras e Pedagogia. Docente da Universidade de Uberaba.

⁶ Mestre em Estudos da Linguagem (UFG). Graduado em Letras (UEG). Docente do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES).

"produzir documentos oficiais, em lugar do convívio real com a escola para fazer uma mudança emergir de baixo para cima, é arvorar-se em profetas do que será o mundo futuro". Partindo dessas duas argumentações, fica-nos uma indagação, para a qual gostaríamos de ouvir seu posicionamento: a formação oferecida nos cursos de letras, Brasil afora, permite aos professores de língua portuguesa, formados nesses cursos, bases sólidas para trabalharem adequadamente com essa diversidade de gêneros textuais? Essa formação contempla a contento o desenvolvimento de competências e habilidades suficientes e mínimas para que os docentes egressos desses cursos trabalhem com as proposições da BNCC na área de Língua Portuguesa?

João Wanderley Geraldi: Começamos com um pouco de história do Curso de Letras. A formação de professores em nível superior, no país, começa muito tarde. A criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras que assumiu esta tarefa é de 1939! Nelas passaram a formar-se os professores de todas as áreas de conhecimento, incluindo Matemática, Física, Química e Biologia. A lei previa o currículo de cada curso. O curso de Letras continha três áreas básicas – os estudos da língua, os estudos da literatura e humanidades (incluindo Filosofia, Sociologia e Didática). Até hoje os cursos de Letras têm esta tripartição curricular, mas com o desaparecimento dos estudos de Filosofia e Sociologia. Nos estudos da língua apareceu uma novidade – a Linguística, a partir dos anos 1960 (mas não esqueçamos, a Linguística surge no país, na sua maior universidade, a USP, no Departamento de Estudos Orientais, porque não foi aceita no mundo dos “letrados”... afinal, aceitava a oralidade como campo de estudos!). Esta foi a única novidade na área! E já lá se foram mais de 50 anos!!! Minha opinião, depois de ter trabalhado a vida toda na formação de professores de língua portuguesa, é de que o curso de Letras não forma o professor! Nem arremedo de professor para a realidade escolar brasileira! Dadas as condições reais do exercício da profissão, um professor não pode desconhecer elementos básicos de sociologia, de filosofia, de teorias da educação para construir com maior independência seu trabalho. Ele sai do curso preparado para ser crítico literário ou pesquisador em Linguística, mas jamais preparado para dar aulas. E não é culpa das poucas cadeiras da área da Educação (normalmente, Didática e Práticas de Ensino – os estágios – e alguma outra disciplina ou de Psicologia Educacional ou de Teorias da Educação). As áreas específicas (Língua e Literatura) não só desvalorizam os conhecimentos das Ciências da Educação, como ignoram completamente que estão formando professores! Pensam-se como “cientistas” ou “críticos literários,” embora estejam eles próprios dando aulas!!! E a ideologia que conduz seu comportamento é de que se alguém tem domínio do chamado “conteúdo” é capaz de ensinar. Ponto! Esta é uma das maiores baboseiras que circulam nos Institutos e Faculdades da área de formação específica! Aliás, porque pensam assim, em geral eles mesmos não são bons professores! São sabedores que ditam saberes, nada mais! Não formam, informam. Ora, o egresso do curso de Letras sai com esta ideologia que viveu no currículo oculto, o currículo vivido no seu curso de formação. Saem, portanto, ideologizados

de que sabem (têm informações) e que ensinar é falar, falar, transmitir informações, nada mais!!! E fazem o que Paulo Freire chamou de “educação bancária”: depositam informações para um grupo de adolescentes e jovens que vivem num outro mundo. E não houve na formação profissional qualquer tentativa de encarar, de compreender este outro mundo.

Conclusão: o professor não é bem formado sequer nos “conteúdos” (não há disciplinas que discutam sequer a literatura infanto-juvenil, que dirá os gêneros da comunicação digital, os gêneros da oralidade, etc. Tudo o que “cheira” à literatura popular (ditos, quadrinhas etc.) enoja nossos literatos, com raríssimas exceções. Na área da Linguística é capaz de descrever um sistema fonológico, mas é incapaz de ler um texto de aluno e perceber nele caminhos para seu ensino: reproduz o mesmo preconceito linguístico: tudo é erro, incluindo variedades dialetais. Sabe apontar os “erros”, mas não sabe se guiar no ensino e não sabe o que fazer com eles, a não ser “corrigir”! Uma calamidade!!! Para que tanto Saussure, tanto Chomsky, tanta fonologia, tanta sintaxe gerativa, tanta semântica? Para constituir um cabedal de conhecimentos necessários a quê?

Quem examinar o currículo do curso de mestrado profissional (o PROFLETRAS), verificará que a mesma ideologia de quem “sabe o conteúdo” sabe ensinar está lá... só que piorado. Se o curso de graduação tem formado professores bípedes (língua e literatura), o mestrado profissional formará sacis-pererês (uma perna só, da Linguística)... Mas a realidade escolar está exigindo professores-centopeias, capazes de lidar com jovens perdidos num mundo conturbado, capazes de criar suas aulas, capazes de discutir filmes, capazes de transitar pelos temas trazidos pelos próprios textos que são lidos em sala de aula! Haja Google...

É esta falta de abertura que o curso de Letras não tem!!! E não se trata de agora incluir todos os gêneros listados na BNCC dentro das disciplinas do curso de graduação, porque se manteria o mesmo princípio que norteia a formação atual!!!

É preciso se convencer que a vida, que o mundo ensina!!! Nem tudo deve estar na formação inicial; nem tudo deve estar na escola! Parece que não se quer aprender isso: muito antes dos computadores entrarem na escola, nossos alunos já os dominavam! Milagre: não foi ensinado na escola e eles sabem!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!! Para que ensinar tantos gêneros? E mais, para que fazer escreverem em tantos gêneros?

Todos os professores – inclusive os universitários – leram inúmeros romances. Escreveram romances??? E não os escrever torna-os menos “sábios”???

Pior ainda: referenciados em Bakhtin (coitado!), num Bakhtin mal lido, sabem que os gêneros circulam em esferas da comunicação. Se estou na esfera, aprendo-os!!! De fora da esfera, posso no máximo saber de sua existência. Mas que valor tem este saber? Por exemplo, na esfera jurídica, todo processo pede uma “petição inicial”. Todos os alfabetizados, escolarizados, sabem escrever uma petição inicial? Precisam saber???

Se isto vier a ser ensinado, o que se faz é um arremedo artificial da “esfera de comunicação” onde o gênero circula, traz para dentro da sala de aula e imediatamente já não é mais o gênero que se está tentando ensinar, porque virou um objeto didático!!! E nenhuma petição inicial no mundo jurídico é um objeto didático... aliás, nenhum gênero em sua respectiva esfera de comunicação. Trata-se de uma fraude!!!!

Por fim, se a escola brasileira vai mal, grande culpa é da universidade, incapaz de refletir sobre si mesma e sobre a formação que dá!!! Já imaginou se engenheiros fossem tão mal formados como são os professores??? É que fora das licenciaturas, os cursos pensam o que estão fazendo... nas licenciaturas, repete-se, repete-se sem dó nem piedade.

Anderson Borges Corrêa: Professor Geraldi, no texto “O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular”, o senhor afirma que a apropriação da linguagem escrita precisa ser pautada em práticas de produção de textos “não como um exercício do escrever, mas como exercício da escrita, entendido este como construção de autorias”, resultando em um “produto” final com função social. Ainda nesta página, lê-se que produzir “inéditos viáveis” em que os alunos possam se constituir sujeitos de seus escritos demanda investimento em tempo de trabalho. Por outro lado, a obrigatoriedade da BNCC e a aparente pretensão de ensinar o maior número possível de gêneros de textos na escola inviabilizam as condições para o trabalho educativo nos moldes mencionados, transformando-o em “um simulacro em sala de aula”. Diante desta realidade, quais os desafios que nós, professores da educação básica comprometidos com as práticas de produção de autoria, precisamos estar preparados para enfrentar na sala de aula?

João Wanderley Geraldi: Começamos com a desobediência: não trazer todos os gêneros ao estudo dos alunos! Podem ser lidos gêneros os mais variados, mas isso não significa estudá-los em seus componentes (temáticos, de estilo e estrutura). O convívio com a leitura de vários textos no mesmo gênero ensina o gênero: todos conhecem as histórias infantis, os contos de fada. Alguém precisou primeiro ensinar o gênero para a gente escutá-lo da boca dos mais velhos? Ninguém me ensinou o gênero “causo” e, no entanto, estava sempre atento aos causos que contavam os adultos em roda do fogo no galpão da minha casa!!! E entendia, vejam só, sem ter sido ensinado, sem ter sido treinado!!! O professor que pensa um pouco, inclusive sobre sua própria história, começará a perceber que muito do apregoadado como “ensinável” na escola não precisa ser ensinado em lugar algum...

Para manter um compromisso com práticas efetivas de produção de textos, todo professor em cada uma de suas turmas deveria ter um projeto combinado com os alunos sobre o que estarão fazendo, sobre o que estão fazendo. Projeto aberto, que permite mudança de rumos durante seu acontecer, particularmente no que tange aos temas e gêneros em que estão escrevendo.

Dou dois exemplos: numa turma, o projeto era contar histórias familiares em sala de aula e no final

do ano ter um livrinho contendo estas histórias. À medida que as crianças foram contando histórias, eles foram percebendo que suas famílias tinham diferentes origens (eram descendentes de japoneses, de italianos, de alemães, de índios,...). E as famílias tinham vindo para a cidade de diferentes outras cidades para trabalharem na Refinaria da Petrobrás (Paulínia-SP). Quiseram saber isso: donde vieram? O que faziam antes? Quando vieram? Foram seus pais que vieram ou foram seus avós?

A professora, com a turma, reorganizou e redirecionou seu trabalho. O bairro foi esquadrinhado, equipes de alunos, no contraturno fizeram pesquisa de campo, aprenderam a organizar questionário, aprenderam a anotar as respostas. E tiveram que aprender a fazer tabelas, gráficos... No final do ano, tinham um estudo “antropológico” do bairro, que publicaram na forma de livro!!!

Um segundo exemplo: no primeiro ano, processo de alfabetização. A professora entra em contato com os pais perguntando que famílias poderiam receber a turma a partir do momento do intervalo. Foram todos, uma vez por semana, para a casa de um colega, pois todos moravam no bairro. Lá fizeram o lanche e lá brincaram com os adultos que lhes ensinaram brincadeiras de seu tempo. Na sala de aula, nos outros dias, “escreviam” sobre as brincadeiras. No final do projeto, cada criança escolheu uma brincadeira de que gostou e escreveu um texto. Estes textos compuseram o livro *Que brincadeira é esta?* (São Carlos: Editora Pedro & João), ilustrado com o auxílio do professor de artes da escola!

Bom, projetos que tais demandam tempo, demandam investimento. Deixaram de lado outros gêneros indicados para o ano escolar? Deixaram. Mas os meninos se tornaram autores. Dominam muito mais conhecimentos do que aqueles que um ensino tradicional proporcionaria... E mais: provavelmente se sairão muito melhor nas avaliações de larga escala, porque têm confiança em si mesmos como “autores”. Com os meninos do segundo exemplo, compartilhei uma mesa-redonda num evento científico. Pela primeira ouvi a fala de recém-alfabetizados explicando como escrever um livro! E falaram no ambiente de uma universidade!!! Obviamente, nenhum aluno do curso de Letras estava presente, muito menos ainda professores! Os letras são excessivamente sábios.

Katia Maria Capucci Fabri: Professor, Geraldi, sabemos que, muitas vezes, o único material norteador do trabalho diário do professor é o livro didático. Diante das mudanças, principalmente, no Ensino médio, como os professores vão enfrentar essa situação?

João Wanderley Geraldi: *Comenius*, que nos começos dos anos 1600 lutou pela educação universal, para todos, escreveu “deverão banir-se das escolas todos os autores que apenas ensinam palavras, e não fazem adquirir nenhum conhecimento de coisas úteis.” (*Didática Magna*, p. 296), mas também escreveu “serão hábeis para ensinar, mesmo aqueles a quem a natureza não dotou de muita habilidade para ensinar, pois a missão de cada um não é tanto tirar da própria mente o que deve ensinar, como sobretudo comunicar e infundir na juventude uma erudição já preparada e com instrumentos também

já preparados, colocados nas suas mãos. Com efeito, assim como qualquer organista executa qualquer sinfonia, olhando para a partitura, a qual talvez ele não fosse capaz de compor, nem de executar de cor só com a voz ou com o órgão, assim também por que é que não há de o professor ensinar na escola todas as coisas, se tudo aquilo que deverá ensinar e, bem assim, os modos como há de ensinar, o tem escrito como que em partituras?” (idem, p. 457).

Sempre houve material didático. Mas os livros didáticos da escola contemporânea realizam o sonho de que qualquer um pode dar aula de qualquer coisa, basta seguir “reto e direto” o livro didático. Há quem defenda que o livro didático acaba sendo o único livro de que disporá a maioria dos estudantes brasileiros. Talvez o único livro que lhes cairá nas mãos durante a vida. E há também aqueles que apostam nos livros didáticos para suprir o despreparo do professor.

Pessoalmente, considero o livro didático um desserviço à profissão de professor e à educação em geral. Escrevi sobre as alterações que ao longo da história se foram construindo na identidade do professor (cf. *Portos de Passagem*, cap. 2). Hoje, com o livro didático, o professor é uma espécie de capataz do tempo e da disciplina dentro da sala de aula. Seu trabalho intelectual está sendo reduzido ao mínimo: ele tem que cumprir determinações, deve seguir o programa estabelecido (as avaliações de larga escala lhes impõem isso), deve adotar o livro didático entregue gratuitamente pelo PNLD... enfim, está o professor deixando de ser um trabalhador intelectual. Não precisa pensar para ensinar... nem precisa ouvir os alunos para acompanhar suas aprendizagens. Basta seguir o livro didático ou, pior ainda, a apostila dos sistemas de ensino, este ensino à prova de professor, como dizem os portugueses.

Este meu pressuposto: o livro didático é um mal! E fico feliz que você aponte que os professores não saberão o que fazer com as mudanças introduzidas pelo BNCC no ensino médio porque não existem os livros didáticos para orientá-los! E terão que dar aulas, ao menos até as editoras terem os novos livros para que tudo volte ao velho... E que muito rapidamente volte ao passado... Não faltam autores de livros didáticos dispostos a ganharem dinheiro escrevendo às pressas um manual para ser impresso, comprado pelo governo e distribuído entre professores e alunos.

Certa vez fui convidado por uma editora para escrever um livro didático de língua portuguesa. Recebi a instrução: escreva livros fáceis para professores que não entendem nada. Use uma linguagem fácil e acessível. Obviamente, recusei o convite. Recusaria mesmo antes das instruções.

Luto para que tenhamos um dia uma escola livre das imposições e dos livros didáticos. Todo o dinheiro gasto no PNLD poderia ter equipado as escolas com bibliotecas e computadores.

Defendo que os professores devem ter o direito de dar suas aulas! Devem reivindicar sua elaboração! Quando chegaremos lá? Quando começarmos a retirar estas pinguelas que permitem esta travessia periclitante de uma formação minimizada tanto dos professores quanto dos alunos. Sem as escoras, sem as bengalas, o professor e seus alunos aprenderão a caminhar. Com escora e bengalas, sempre

caminharão tortos, sem paixão, sem garra, sem criação própria.

Faraídes Maria Sisoneto de Freitas: Professor Geraldi, considerando os conteúdos obrigatórios na Base Nacional Comum Curricular e as avaliações institucionais, que opções metodológicas os professores poderiam adotar, tendo em vista sua autonomia?

João Wanderley Geraldi: A autonomia do professor é sempre uma autonomia relativa. Aliás, não existe autonomia alguma que não seja relativa.

O professor não pode decidir autonomamente o que ensinar: deve levar em conta seus alunos, deve levar em conta a herança cultural disponível, deve levar em conta uma projeção de futuro de que terá memória. É esta memória do futuro que fornece critérios para a seleção dos temas de que tratamos na escola. Se o presente é base, se o passado é a herança, o futuro é o horizonte para o qual o professor não pode deixar de olhar.

O que está acontecendo com a educação levada pelo cabresto das avaliações de larga escala, as avaliações institucionais? Elas se tornaram o horizonte de futuro da ação presente com conteúdos do passado, mesmo que estes conteúdos não venham a fazer qualquer sentido no futuro (alguém que não dá aulas de português, ainda se lembra da classificação das orações de um período composto? Dos nomes esdrúxulos das figuras de linguagem?). Rui Barbosa escreveu: “acostumado, desde as primeiras ocupações sérias da vida, a salmodiar, na escola, enunciados que não percebe, a repetir passivamente juízos alheios, a apreciar, numa linguagem que não entende, assuntos estranhos a sua observação pessoal; educado, em suma, na prática incessante de copiar, conservar, e combinar palavras, com absoluto desprezo do seu sentido, inteira ignorância da sua origem, total indiferença aos seus fundamentos reais, o cidadão encarna em si uma segunda natureza, assinalada por hábitos de impostura, de cegueira, de superficialidade” (“Métodos e programa escolar”. In: Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. RJ : Ministério da Educação e Saúde, 1946 – Obras completas de Rui Barbosa, vol. X, tomo II).

É certo que a escola de hoje não é a escola dos tempos de Rui Barbosa. Mas a questão é do “espírito” da escola que não sofreu modificações de fundo, somente de perfumaria: estão aí as avaliações para impor temas sem sentido porque poderão ser exigidos; está aí esta maldade extrema que é a gratificação salarial a professores das escolas que tenham aumentado seus índices de notas nas avaliações; está aí esta necessidade imposta pelos exames de uma decoreba e de um conhecimento superficial de gêneros, de obediência a ordens, a comandos...

Orientei uma tese de doutorado sobre as “redações” que foram zeradas numa avaliação de larga escala num estado do nordeste brasileiro. A comanda era que escrevessem uma narrativa (alguma travessura que tivessem feito na vida). Pois houve criança que escreveu: “Eu sou evangélica, não cometo travessuras”. Outra escreveu: “Eu já fiz muitas travessuras mas não vou contar não!”... respostas

como estas, que não escreveram dentro do gênero solicitado, foram agraciadas com um redondo ZERO. Ou seja, as avaliações não são feitas para ler o que os alunos escrevem, mas para exigir que escrevam X ou Y.

Que opções metodológicas adotar neste contexto? A da desobediência! A do compromisso com os alunos, não com as provas! A da recusa de participar desta farsa.

José Humberto R. dos Anjos: Em recente artigo, publicado pela Revista Retratos da Escola - da Confederação Nacional Única dos Trabalhadores da Educação - o senhor levantou a questão do lento e gradual movimento de redemocratização que temos vivido desde 1982. Junto a isso o senhor ventilou uma “sensação” de participação que tem envolvido professores e demais agentes da educação. Diante destes apontamentos e de sua carreira que tem se consolidado não apenas por uma participação nos estudos da linguagem, mas também na participação na construção de uma democracia mais participativa, gostaríamos de saber como o senhor vê a questão de projetos como “Escola sem partido”, “Reforma do Ensino Médio” e a própria “BNCC”. Estamos ainda em um lento e gradual movimento de redemocratização, ou em um rápido e cáustico movimento de cerceamento do que já havia sido conquistado?

João Wanderley Geraldi: A partir de 1982 começou um lento caminho para um Estado de Direito, de uma democracia ainda que formal, de uma participação mais ampla da população na definição de seu destino. Em 1982 ocorreram as primeiras eleições diretas de governadores para a minha geração! A partir de então, a sociedade civil começa a se organizar e a se manifestar. Chegamos a uma Constituinte e seu resultado foi uma Constituição Cidadã, a constituição possível num país em que perdura deslavadamente uma relação dicotômica entre a Casa Grande e a Senzala.

Progredimos a partir de 1988 num curto espaço de tempo. A elite brasileira incorporou o pensamento neoliberal e a partir de Collor, mas de forma profunda no governo FHC, as políticas passam a ser ditadas pela ideologia neoliberal: fim do estado de bem-estar social (que a Constituição de 1988 adotara); fim ou máxima redução do papel do Estado na condução da política econômica. Tudo na forma de um Estado Mínimo (que se mostrou nada mínimo quando da crise do capitalismo financeiro em 2007/2008 nos grandes países do neoliberalismo – EEUU e Inglaterra – que transferiram quantidades assombrosas de dinheiro público para bancos e empresas).

Antes disso, já em 2001 e 2002, o resultado da política neoliberal se fez sentir no país: estávamos com o pires na mão pedindo ajuda ao FMI – foram três empréstimos em dois anos. FHC sai do governo com baixa popularidade. Mas a elite não aprende lição alguma... Depois de um retorno à participação e depois da inclusão dos pobres no orçamento do estado, seguindo o espírito da Constituição de 1988, realiza o golpe parlamentar de 2016, a ideologia neoliberal já abandonada inclusive pelos técnicos do FMI e do Banco Mundial volta a comandar a economia e os resultados

que estamos colhendo mostram que tudo ficará ainda pior.

Politicamente, estamos num desastre. Propostas como a da “Escola sem Partido”, a profissionalização aligeirada no Ensino Médio – que já foi obrigatória a partir da lei 5692/1971 e que deu com burros n’água – e a uniformidade dos conteúdos de ensino como se isso fosse democrático – nada mais injusto do que distribuir de forma igual entre desiguais; tudo mostra uma elite que não aprende com seu próprio passado; que não aceita abrir mão de qualquer migalha de seus privilégios; que não quer aceitar que o mundo não é mais aquele dos tempos das capitâneas hereditárias... Com a chamada Reforma Trabalhista, o que desejam mesmo é o trabalho escravo. Com a Reforma da Previdência, apregoada como necessária aos recursos da nação, pretende-se de fato acabar com o sistema de seguridade social consagrado pela Constituição de 1988. Ao mesmo tempo, o mesmo governo (quando esta entrevista for publicada, o governo já poderá ser outro, dado o descalabro da quadrilha golpista que assumiu o Executivo) encaminha um REFIS (Refinanciamento das dívidas) com descontos que poderão chegar a 90% e que os devedores terão prazos de 250 prestações para fazerem o pagamento sem juros e sem multas!!! Serão milhões. E o REFIS é necessário para sanear a Rede Globo!!! Então, ninguém diz o valor que o governo deixará de arrecadar... mas isso pouco importa aos gestores da Casa Grande. O culpado mesmo é aquele trabalhador rural, aquele deficiente, que recebe um salário mínimo mensal sem ter contribuído para a Previdência! Produzem o rombo da república!!!

Infelizmente a geração de professores que hoje está na escola e a que está se formando enfrentará um horizonte bastante difícil e perigoso. Nossa geração teve que aprender a dar aulas com informantes do SNI dentro da sala de aula (quando professor do Ensino Médio descobri quem era o informante na minha sala de aula. Pois entreguei para ele a obrigação de declamar “Operário em Construção”, do Vinícius de Moraes, num evento público da escola...). A geração atual terá dificuldade muito maior: terá que lidar com a “delação”. Premiar delações tornou todos delatores...

Há poucos dias, na greve geral de 28.04.17, professores de algumas escolas privadas de Campinas aderiram à greve. Houve uma carta de pais à direção de uma escola que demonstra esta prática da delação!!! Os pais exigiam explicações sobre as explicações dadas pelos professores para sua adesão à greve... particularmente a afirmação de que uma greve é também um ato pedagógico!!! Enfrentar isso é desanimador! No entanto, é preciso! Deixar que o pensamento de direita retorne com toda sua força, que a relação se mantenha entre *Casa Grande* e *Senzala* (ou a ela retorne explicitamente), será um retrocesso histórico cujas dimensões são impossíveis de calcular. Não precisa mais aprovar o projeto da *Escola Sem Partido*: suas consequências já estão nas salas de aula. Infelizmente este retrocesso já não é letra morta, é letra viva, presente. E o cerceamento à liberdade aumentará... a não ser que hecatombes políticas levem todos às ruas para enfim construirmos um país de todos e não da *Casa Grande*, que já se mostrou desavergonhada e egoísta por um tempo histórico suficiente para

qualquer povo.

Ana Maria Esteves Bortolanza: A entrevista com o professor João Wanderley Geraldi mostra claramente que ensinar a língua portuguesa, na perspectiva bakhtiniana, pressupõe uma relação dialógica, isto é, um processo de interação entre professor e alunos com textos em diferentes suportes, funções e usos. Como objeto de ensino, implica a mediação pedagógica, na forma concreta de enunciados produzidos num contexto social, logo um diálogo entre pessoas. É nessa relação que a linguagem se constitui e por meio dela se formam sujeitos produtores e leitores de textos. Eis uma possibilidade de analisar a BNCC para dela nos apropriarmos criticamente. Para além de analisar criticamente a BNCC de língua portuguesa, Geraldi contextualiza a BNCC no cenário político do país, retoma historicamente os documentos oficiais de orientação curricular, evidenciando o papel do professor nesse momento em que o país se encontra nas mãos da *Casa Grande*.

Referências

BAHKTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. MEC/CONSED/UNDIME. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/05/BNCC-BOOK-WEB.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

GERALDI, J. W. O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, DF, v. 9, n. 17, p. 381-396, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 11 fev. 2017.